



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Manuela de Souza Conceição

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: uma análise
da atuação dos Assistentes Sociais na PROPAAE em Cruz das
Almas**

Cachoeira-BA
2016

Manuela de Souza Conceição

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: uma análise da
atuação dos Assistentes Sociais na PROPAAE em Cruz das
Almas**

Monografia apresentada ao Colegiado do
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como
requisito parcial para obtenção do Grau
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. M.s Fabricio Fontes de
Andrade

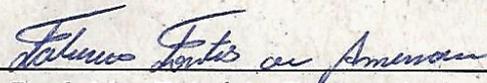
CACHOEIRA-BA
2016

MANUELA DE SOUZA CONCEIÇÃO

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: UMA ANALISE DA ATUAÇÃO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NA PROPAAE EM CRUZ DAS ALMAS.

Cachoeira – BA, aprovada em 22/02/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
(Orientador – UFRB)



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
(Membro Interno – UFRB)



Ms. Sida da Silva
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu amor e proteção em minha vida pelas idas e vindas da Cidade Cachoeira para Cruz das Almas, por cuidar da minha família na minha ausência, por mim dar forças quando esmorecia, foram lutas diárias mas o Senhor fortaleceu até aqui, Te amo meu Deus.

A minha família em especial aos meus pais Manoel e Gal pelo apoio por acreditar em mim, obrigada por tudo amo vocês,

Ao meu filhão Vitinho minha inspiração em voltar estudar meu amor incondicional, te amo muito

Aos meus irmãos Dirley e Gustavo por sempre acreditarem em mim amam vocês, este momento especial

Ao meu esposo Sidney pelo amor e cumplicidade obrigada pelo apoio amor de minha vida, te amo!

As minhas primas em especial que sempre mim apoiaram e acreditaram em mim Jaque, Deia, Marcia, Cris amo vocês.

Aos meus anjos que em todo tempo da minha vida acadêmica mim ajudaram, apoiaram a; Alessandra, Liza, Madalena, Tia Nice obrigada!

A minha amiga Monique pelo apoio nos estudos pela linda amizade que cultivamos amo você.

Aos meus colegas da facu em especial Ângela, Mary, Carol, Paty, Mayra, Simone, Claudisia, Mailson, Juli, Arleide, Lúcia, Rafa, Nubia, Jessiane, Michelle, Maise, Gaby pelo apoio e compreensão nos trabalhos acadêmicos e amizade obrigada, com toda atenção acolheram em suas casas quando precisava ficar em Cachoeira !

Bruna minha parceira e amiga no estagio e TCC não tenho palavras para agradecer ao seu apoio adoro você!

Ao meu orientador Professor Fabricio pelo apoio para a realização do meu tcc, obrigada!

A minha supervisora acadêmica Professora Heleni obrigada pelo apoio, pelos conhecimentos prestados.

A minha supervisora de Campo Assistente social da PROPAAE Denise obrigada pelo acolhimento, pelos ensinamentos, sua dedicação e contribuição no meu Trabalho de Conclusão de Curso, adoro você!

A assistente Social da PROPAAE Luciene pelo acolhimento, pela amizade que cultivamos a anos e nos reencontramos nesta passagem pelo meu estagio na PROPAAE, obrigada pela contribuições no meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus professores do CAHL em especial Colegiado de Serviço Social obrigada por ter passado seus conhecimentos os quais foram essenciais para minha formação.

Aos demais familiares e amigos este momento tão especial da minha graduação em Serviço Social, conquistando o impossível !

RESUMO

Este trabalho visa contextualizar historicamente o surgimento do ensino superior e a assistência estudantil no Brasil, explana sobre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que surgiu a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni, relata como pioneira a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis-PROPAAE e suas ações realizadas em consonância com Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.

Assim refletir sobre a atuação profissional do assistente social na política de assistência estudantil na PROPAAE, identificando as demandas postas para o Serviço Social frente às políticas de assistência estudantil e identificar limites e possibilidades do assistente social. O presente estudo tem seu direcionamento na pesquisa bibliográfica, dados quantitativos descritivos, para tanto foram utilizados artigos, sites, dados fornecidos pela PROPAAE e entrevista semiestruturada com assistentes sociais da PROPAAE. Concluí que as assistentes sociais apresentam uma demanda expressiva de alunos que precisam ser assistidos pelos programas de permanência qualificada na UFRB, entretanto há poucos recursos para contemplar todos, ou seja, a maioria que dela necessitam, os programas de assistência estudantil necessitam ser revistos considerando os perfis dos alunos e as particularidades regionais.

Palavras-chave: Ensino Superior; Assistência Estudantil; assistente social; PROPAAE.

ABSTRACT

This work aims to contextualize historically emergence of higher education and student assistance in Brazil, explains about the Federal University of Recôncavo of Bahia that arose out of the Restructuring program and expansion of Federal universities-Reunite, relates how the pioneer provost of Affirmative Policies and Student Affairs-PROPAAE and their actions performed in line with National Student Assistance Program-PNAES. Reflect on professional performance of the social worker in student assistance policy in PROPAAE, Identifying the demands made to Social services in front of the student assistance policies, identify the limits and possibilities of social worker. The present study has its targeting on bibliographical research, descriptive, quantitative data was used articles, Web sites, and data provided by PROPAAE, qualitative semi-structured interview with social workers of PROPAAE. Concludes that the social workers presents an expressive demand of students who need to be assisted by programs, however there are little resources for contemplating all that is most need, student assistance programs needs to be revised and considering student profiles and the regional particularities.

Keywords: Higher education; Student Assistance; Social worker; PROPAAE,

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01** - Números de alunos matriculados ensino superior (1968-1980)
- Tabela 02** - Resumo da Educação Superior (1968-2012)
- Tabela 03** – Matrículas no Brasil
- Tabela 04** - Condição econômica dos estudantes das Universidades Federais
- Tabela 05** - Estudantes das Universidades Federais por gênero/sexo
- Tabela 06** - Estudantes das Universidades Federais por Etnia
- Tabela 07** - Estudantes que usam algum tipo de transporte
- Tabela 08** - Moradia
- Tabela 09** - Estudantes que utilizam creche
- Tabela 10** - Estudantes oriundos de escolas públicas
- Tabela 11** - Alimentação
- Tabela 12** - Número de alunos assistidos por modalidade (2006 – 2015)

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÃO

Figura 01 - Organograma da UFRB

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
DAE - Departamento de Assistência Estudantil
CCAAB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Biológicas
CAE - Coordenação Assistência Estudantil
CPA - Coordenadoria de Políticas Afirmativas
CFESS - Conselhos Federal de Serviço Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CCS - Centro de Ciências da Saúde-CCS
CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
CECULT - Cultura e Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CFP - Centro de Formação de Professores
CETENS - Ciências e Tecnologia Energia e Sustentabilidade
CONAC - Conselho Superiores Conselho Acadêmico
CONSUNI - Conselho Universitário
CONCUR - Conselho de Curadores
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PPGCI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Ciência e Inovação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROPAAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPQ - Programa de Permanência Qualificada
PBP - Programa de Bolsa Permanência
LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação e Saúde

NUCELA - Núcleo de Esporte e Lazer

NUPIPE - Núcleo de Políticas de Ingresso Permanência e Pós-Permanência Ações Afirmativas

NGEDS - Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação

NUFOPE - Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações afirmativas e Assuntos Estudantis

NAIE/NUEST - Núcleo de acompanhamento Integrado ao Estudante NGDOC- Núcleo de Gestão de Atendimento e Documentação

NUGIN/NUGIF - Núcleo de Gestão de Infraestrutura Física e Apoio aos Estudantes

NUARU - Núcleo de Acompanhamento de Permanência e Pós-Permanência, Núcleo de Apoio Restaurante Universitário.

NUARU - Núcleo de Apoio Residências Universitárias

USAID - United States Agency International Development

UNE - União Nacional de Estudantes

UFRB - Universidade Federal Recôncavo da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1.Introdução.....	12
2.Breve trajetória da educação superior no Brasil: Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior.....	15
2.1Breve trajetória da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior.....	19
3.A Criação da UFRB.....	29
4.1 Serviço Social no Brasil; Serviço na Educação.....	37
4.2 Considerações das entrevistas realizadas com assistentes sociais da PROPAAE seus limites e possibilidades na assistência estudantil.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE: Questões aplicadas para assistentes sociais.....	47

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho fala inicialmente sobre o surgimento do ensino superior no Brasil com a chegada da Família Real em 1808, pois quando Portugal começou a colonizar o Brasil no século XVI, o seu interesse era de explorar as riquezas que a nova terra oferecia, não cogitava as possibilidades de desenvolvimento social, econômico e cultural da Colônia mas empenhava-se em criar medidas quando era necessário para seu próprio benefício.

Para formação profissional e controle do estado sobre o sistema surgem as instituições superiores desconexas. Os cursos atendiam a carreiras liberais como formações de médicos, engenheiros e advogados, os quais eram importantes para os colonizadores a fim de suprir suas necessidades na Colônia, ou seja, para seus investimentos e descobertas de riquezas, a esses espaços universitários frequentavam somente os filhos da elite Colonial. O perfil ideológico do Ensino Superior estruturado durante o Império estava bem definido: qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização, técnico-operativa e transplante de modelos europeus. (SOUZA,1996, pag.47.)

Somente em 1920 foi fundada a primeira universidade no Brasil, cabe destacar que foi tardia em relação a os outros países da América latina.

Na década de 1930, marcada pelo fim da República e o surgimento do Estado Novo governado por Getúlio Vargas, seu mandato foi caracterizado por ser centralizador, autoritário, houve grandes transformações sociais no cenário brasileiro, a educação acompanhou todas essas mudanças, neste período a educação passa ser um direito público regulamentado pelo Estado

Segundo Romanelli (1984) “nesta época o ensino expandiu-se fortemente por causa do crescimento sensível da demanda social de educação, o crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização”.

Nas décadas de 1960 e 1970 o ensino superior expande com efervescência sociais e econômicas no país, por meio do processo de industrialização, a lógica para atender demandas do mercado.

A assistência estudantil tem seus primeiros ensaios na Constituição de 1934 para atender os alunos “necessitados”, posteriormente depois de algumas décadas

vários debates acerca de uma política de assistência estudantil é fomentada, surge em 1987 a entidade Fonaprace-Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e Andifes-Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, duas frentes que reivindicaram sobre a qualidade de ensino e assistência estudantil. No ano de 2007 é materializado o Programa Nacional de Assistência estudantil o qual visa o acesso a permanência do aluno no ensino superior que será problematizado nesta pesquisa, quando trataremos sobre a atuação do assistente social dentro deste contexto.

Recentemente com a retomada da expansão do ensino superior por meio Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni que viabilizam a democratização de ensino e acesso às universidades cresce o número de alunos com baixa renda nas universidades públicas. Neste sentido as pesquisas feitas recentemente pela Andifes em parceria com a Fonaprace percebem a necessidade de ampliar a política de assistência estudantil.

A UFRB, foi fundada recentemente e tem grandes desafios, ela está localizado no Recôncavo baiano região que apresenta discrepâncias sociais, econômicas e culturais consideráveis. Os dados apontados de alunos assistidos pelo Programa de Permanência Qualificada (PPQ) que está em consonância com PNAES, esta é umas das ações da Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis¹, vem crescendo e não há recursos suficientes para arcar com as demandas. Os assistentes sociais que são os principais executores desta política pública na PROPAAE explanam sobre os desafios que são postos à categoria para a materialização da permanência dos alunos nos cursos de graduação da UFRB. Nesse sentido, podemos perguntar se o acesso e a permanência estão garantidos?

Partindo deste cenário o presente trabalho tem como tema os limites e desafios dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRB a fim de analisar sua atuação na Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis-PROPAAE. Dessa forma é possível ampliar o conhecimento em Serviço Social, e a compreensão da atuação dos assistentes sociais e suas atribuições na PROPAAE, buscando entender o processo de intervenção destes profissionais na assistência estudantil, os quais atuam com a finalidade de viabilizar o acesso discente às políticas públicas disponibilizadas na Instituição.

¹ PROPAAE

Com base nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais da PROPAAE observou-se a escassez de recursos. Por conseguinte, a política de assistência estudantil embora seja conquista importante, no entanto não conseguiu avançar expressivamente na efetivação da permanência e sucesso acadêmico dos alunos de baixa renda no país.

Pra alcance dos objetivos citados o presente trabalho está estruturado da seguinte forma;

O capítulo 2 A trajetória do ensino superior no Brasil e a Assistência Estudantil. O capítulo 3 A criação da UFRB no Recôncavo e Assistência estudantil da PROPAAE. Capítulo 4 Limites desafios da atuação do Assistente Social na Assistência Estudantil da UFRB; análise de dados.

Capítulo 2. Breve trajetória da educação superior no Brasil: Assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior

A Educação Superior no Brasil surgiu com a transferência da Corte Portuguesa para Rio de Janeiro no ano de 1808, os cursos surgiram para atender a demanda do Estado formando profissionais liberais para administração dos negócios, na qualificação da elite para exercício do poder, descoberta de riquezas. Neste período as Faculdades criadas foram de Medicina, Engenharia e Direito.

O sistema de ensino superior desenvolveu-se lentamente no período colonial em paralelo às rasas transformações sociais econômicas na sociedade brasileira. O sistema era voltado para o ensino e para assegurar o diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e assegurar prestígio social (SAMPAIO, 1991).

No ano de 1920 surge a primeira Universidade no Rio de Janeiro hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do decreto n.14.343 no dia 7 de setembro de 1920 reunindo as escolas já existentes a Escola Politécnica, Escola de Medicina e a Escola de Direito por iniciativa do governo federal, depois foram fundadas outras Universidades.

Os anos 30 marcaram a consolidação da sociedade urbano-industrial brasileira e a criação de novos empregos urbanos, tanto no setor público e privado o que aumentou a demanda do ensino superior e levou a expansão das matrículas (OLIVEN, 2002).

Neste período, no governo provisório de Getúlio Vargas, foi fundado o Ministério da Educação e Saúde o qual publicou a Lei Reforma Francisco Campos que determinava Estatutos das Universidades as quais poderiam ser públicas ou privadas desde que possuíssem os cursos de Letras, Ciências e Educação, Engenharia, Medicina e Direito, no mínimo três deles.

No ano de 1961 na finalidade de regularizar o sistema de educação com bases e princípios da Constituição, foi aprovado a Lei 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no governo de João Goulart, para resolver as questões relativas a educação. Contudo as leis, quando geralmente são instituídas, expressam a intenção de atender a classe dominante ou acompanhar as transformações sociais, econômicas e culturais do país. No entanto, a LDB teve

papel importante na educação, pois descentralizou o poder de decisões entre os órgãos municipais e estaduais diminuindo a centralização do Ministério da Educação (MEC) e regulamentou a concessão de bolsas e recursos para o desenvolvimento do sistema público.

O golpe militar de 1964 impactou diretamente a área da educação a ditadura militar repressora a criticidade da universidade, com intuito de controlar ideologias divergentes ao governo autoritário, perseguindo professores e alunos e o movimento estudantil (SOUZA,1996). Neste processo a insatisfação estudantil com a estrutura universitária existente fez o governo militar sentir-se pressionado a estabelecer uma política de reestruturação do ensino superior, umas das reivindicações dos estudantes era por mais vagas nas instituições públicas. Assim, foi promulgada pela Lei 5540 em 26 de novembro 1968 a Reforma Universitária que consistiu em uma estratégia do governo para desmobilização dos movimentos estudantis, porém as medidas foram importantes para a universidade como refere Sampaio (1991):

Paradoxalmente, entretanto, a universidade recriada pela reforma de 68, em um período de acirramento da repressão política-ideológica no país, incluía medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes em docentes na gestão da instituição. Incluía ainda medidas que promoviam o fortalecimento de valores acadêmicos a estruturação da carreira e a valorização da pesquisa. (SAMPAIO, 1991).

A Reforma Universitária de 1968 conforme (Oliven, 2002) criou as estruturas dos departamentos, vestibular classificatório, os cursos de curta duração e estabeleceu a indissociabilidade de ensino, pesquisa.

Com o processo de modernização do ensino superior após a reforma de 1968 se iniciou a expansão da rede de ensino e a escolarização básica. Foi promulgada a Lei 5692/71 que compreendia as diretrizes e bases para educação básica as quais atendiam a lógica do governo o ensino e mercado de trabalho, resultados rápidos para a produção industrial conforme (Romanelli, 1987):

Os acordos MEC-USAID concentraram as aceções essenciais, que posteriormente, informaram os caminhos que deveriam ser seguidos pelos responsáveis pela formulação da política educacional nacional para o ensino superior: a racionalização do ensino, a prioridade na formação técnica, o desprezo as Ciências Sociais e Humanas, a inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial (ROMANELLI, 1987).

A seguir as ilustrações da Tabela 1 apresentar-se a evolução das matrículas do ensino superior no Brasil às décadas de 1960 a 1980.

TABELA 1

Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados - Brasil 1960-1980

Ano	Total de Matrículas	% de Crescimento	Matrículas Instituições Privadas	% das Matrículas privadas sobre o total
1961	98.892	6	43.560	44,0
1962	107.299	9	43.275	40,3
1963	124.214	16	47.428	38,2
1964	142.386	15	54.721	38,4
1965	155.781	9	68.194	43,8
1966	180.109	16	81.667	45,3
1967	212.882	18	91.608	43,0
1968	278.295	31	124.496	44,7
1969	342.886	23	157.826	46,0
1970	425.478	24	214.865	50,5
1971	561.397	32	309.134	55,1
1972	688.382	23	409.971	59,6
1973	772.800	12	472.721	61,2
1974	937.593	21	596.565	63,6
1975	1.072.548	14	662.323	61,8
1976	1.044.472	—	648.862	62,1
1977	1.137.070	9	708.554	62,3
1978	1.267.559	11	779.592	61,5
1979	1.298.331	2	808.253	62,3
1980	1.345.000	4	852.000	63,3

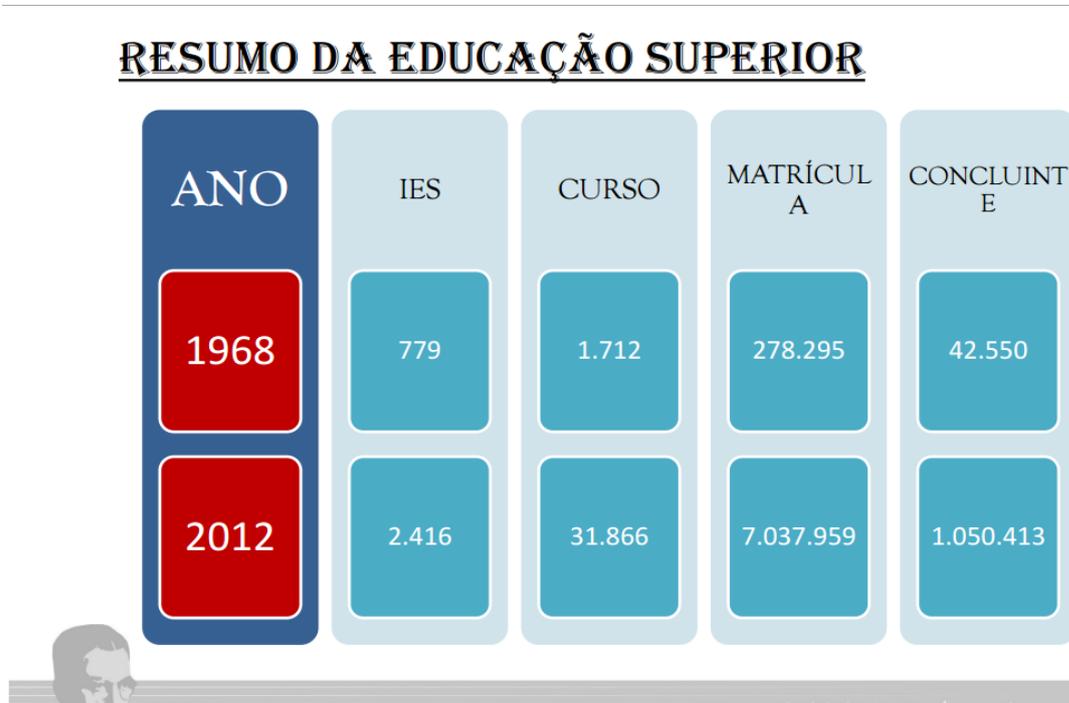
Fonte: Levy 1986 (adaptado pelo autor), 2016

Conforme a tabela 1 as matrículas do ensino superior na década de 1960 e 1980 segundo (Martins,2009) houve uma grande proliferação de estabelecimentos de pequeno porte, ou seja, a Reforma Universitária de 1968 permitiu a mercantilização do ensino superior, pois atendia a leis do mercado efervescente da época, nesse sentido era importante alcançar o diploma. Enquanto que nas universidades públicas as matrículas eram menores por atender a um público restrito, a classe média.

Na década de 1970 momento histórico conhecido como o “milagre econômico” houve crescimento econômico, a inflação baixa aumentou o Produto Interno Bruto (PIB). Conforme (Fausto, 1995) ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil, capital estrangeiro e a indústria automobilística, houve expansão do comércio exterior e a importação de alguns bens era indispensável para sustentar o crescimento econômico. Por conseguinte, tal crescimento refletiu na necessidade de mão de obra

no setor industrial, o governo não conseguia atender a demanda de matrículas e permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse vários cursos.

Tabela 02 Número de matrículas entre anos 1968 e 2012.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep, 2013.

Nesta Tabela 2, apresenta resumo de alunos matriculados no período da Reforma Universitária de 1968 que cresceu ao longo do tempo estimadas de alunos nas universidades públicas e privadas no Brasil como também os cursos e instituições, para Martins (2009) “A Reforma Universitária de 1968 fundamentou e modernizou as instituições publicas em destaque as universidades federais”, em 2012 apresentaram o numero expressivo de alunos matriculados como também triplicou os números de instituições e cursos, importante salientar que estes resultados foram ações que o governo federal constitui ao longo dos últimos anos para o ingresso democrático de alunos nas instituições públicas, para o MEC (Ministério da Educação) a ampliação e democratização do acesso a educação superior tem o papel importante para desenvolvimento econômico e social do país. Destacam se o Programa Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com objetivo de avaliar o estudante no fim da educação básica e a partir de 2009 passou ser utilizado como porta de entrada para ensino superior e democratizando o ingresso dos alunos nas universidades federais respeitando autonomias das

mesmas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pelo governo federal pela Lei nº 11.096 de 13 de Janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas integrais ou parciais para os alunos nas instituições privadas, o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) instituído pelo Decreto nº 60.96 de 24 de Abril de 2007 que tem como finalidade o aumento de vagas nos cursos de graduação, aumento de cursos noturnos dentre outras medidas. Estes programas são algumas das ações que o governo vem desenvolvendo para democratizar o acesso expressivo de alunos nas universidades.

2.1 Breve trajetória da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior

Primeiramente é importante assinalar sobre a finalidade da assistência estudantil que é proporcionar condições básicas para a permanência do aluno na instituição de ensino, diminuindo assim a desigualdade social e educacional, as demandas são de alunos com perfis socioeconômicos baixos.

Historicamente surgiu no governo de Getúlio Vargas a primeira forma de assistência aos estudantes que foi a construção do casarão chamado “1ª Casa do Estudante” em 1930. Essa casa disponibilizava de restaurante popular frequentado por alunos carentes. Neste período também surgiu a primeira iniciativa de reconhecer assistência estudantil no Brasil em atender aos estudantes de baixa renda na Constituição de 1934, conforme no art.157:

Art.157 A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, porcentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (BRASIL, 1934)

Surgiu também na década de 1930, a entidade que representava os estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE) fundada em 1937, defendia o

ensino de qualidade. A UNE esteve presente em vários momentos históricos, sociais e econômicos do país, sua sede ficava na Casa do Estudante no Rio de Janeiro. Cabe destacar que no período da ditadura militar já na década de 1960 a UNE foi reprimida e sua sede destruída e foi retirada a sua legalidade como representante estudantil por ser contra as ações do governo autoritário. Mas foi restaurada recentemente em 2010 pelo governo de Lula e permanece a militância pelo ensino superior, recentemente suas reivindicações, dentre outras, é sobre a expansão da assistência estudantil com o lema “quem entrou quer ficar”.

Em 1946 na Constituição 1934, reconhece a educação como direito de todos e o Art.172 da mesma Constituição assegurou novamente serviços de assistência educacional aos alunos necessitados. Já na década de 1960 e 1970 com a expansão do ensino superior e a industrialização, aumentou o número de matrículas com a finalidade de suprir o mercado de trabalho e acompanhar o rápido processo de transformações socioeconômicas nos país, assim houve uma queda na qualidade de ensino, pois se tornou um viés mercantilista pela iniciativa privada, Conforme Vasconcelos (2010):

Até o início dos anos 80 as universidades cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas, porém, não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado imposto pela Ditadura Militar. Durante esse período, os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida. (VASCONCELOS, 2010).

Em 1970 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) através do governo federal e Ministério da Educação (MEC), tinha como programas o de alimentação, assistência odontológica, assistência médica e moradia, mas com tempo foi extinto, o motivo para a extinção era a elevação dos custos. Passado o período da Ditadura Militar foi pensada uma forma de garantir a igualdade de acesso aos estudantes nas instituições federais (IFES), principalmente aos estudantes de classe baixa para a sua permanência na conclusão do curso.

Vários debates aconteceram para fortalecer a política de assistência estudantil, quando em 1987 surge a Fonaprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior duas frentes que

reivindicaram sobre a qualidade de ensino e assistência estudantil para quem necessitasse, seus objetivos eram promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas visando fortalecer as políticas de assistência ao estudante, garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social. Bem como proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição, assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. (FONAPRACE, 2000).

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil se tornou Estado de direito e democrático, desde então esta Constituição é considerada como uma das mais completas em termos de direitos fundamentais para cidadãos e a volta das “diretas já”. A educação passa a ser direito de todos e conforme os artigos elencados na Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; do decorrente de dificuldades socioeconômicas. (Emenda constitucional de nº 53,2006).

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988).

Com a democratização a educação torna-se fundamental e o acesso de forma igualitária na prática deixou brechas na Constituição. Os alunos que frequentavam as universidades públicas na década de 1990 encontraram dificuldades em permanecer e concluir o curso, segundo a Fonaprace que tem o papel fundamental em levantar dados sobre o perfil de alunos nas IFES, havia uma entrada de alunos

no nível superior bem pequena em relação ao nível fundamental e médio, conforme a tabela 3 abaixo:

TABELA 03

MATRÍCULAS NO BRASIL – 1998			
NÍVEL DE ENSINO	TOTAL DE MAT.	REDE PÚBLICA	%
FUNDAMENTAL	35.838.372	32.440.120	90,5
MÉDIO	6.967.905	5.740.611	82,4
SUPERIOR	2.125.958	804.729	37,8

Fonte: Fonaprace apud INEP-MEC (1998)

A Fonaprace entendia que para diminuir as desigualdades sociais e o acesso dos estudantes a Universidade gratuita não bastava apenas garantir o acesso e sim a permanência dos alunos até a conclusão de seu curso na universidade. Outra pesquisa foi feita pela supracitada neste mesmo período, das 55 universidades públicas existentes na época, em 44 foram entrevistados os alunos o que resultou em uma demanda de programas de assistência estudantil efetiva de 44,29%. (FONAPRACE, 2000). Em 2004 foi feita novamente outra pesquisa pra analisar os perfis dos graduandos e constatou-se dificuldades financeiras que levava a evasão.

Em 1999 a Fonaprace solicita, após referências aos dados colhidos e analisados, que se incluía Assistência Estudantil ao Plano Nacional de Educação, visando melhor desempenho dos alunos menos desfavorecidos e sucesso acadêmico. As modalidades a serem contempladas foram moradia, saúde, esporte, lazer e cultura e a solicitação foi prontamente atendida pelo Deputado Nelson Marchezan².

A proposta teve finalidade de diminuir as desigualdades socioeconômicas dos alunos nas instituições de ensino superior, garantir sua permanência, evitando sua evasão do espaço universitário, desenvolvendo programas e projetos de assistência estudantil articulando com um tripé fundamental na educação o ensino, pesquisa e extensão.

² Nelson Marchezan Deputado Federal e Relator do Plano Nacional de Educação, 1999.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi promulgado em 12 de Dezembro de 2007, marco histórico para política de assistência estudantil, baseado na Lei da LBD/96 que tem como princípio a igualdade de condições de acesso à escola, como também o Decreto 6.096/07 e o Programa de Apoio a Planos e Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que tem como objetivo ampliar o acesso dos alunos ao ensino superior, bem como a ampliação da assistência estudantil e sua inclusão social. Assim o PNAES constitui-se como direito social e livre de assistencialismo ou doação, contribuindo para a permanência do aluno no espaço universitário.

Pelo Decreto de nº 7.234, de 19 de julho de 2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil é regulamentado, com as seguintes modalidades de assistência: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção a saúde, creche, esporte, acompanhamento pedagógico, inclusão digital e cultura (BRASIL, 2010). Conforme seu artigo 1º o programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública (BRASIL, 2010).

A seleção dos alunos é realizada através do perfil socioeconômico, respeitando a realidade de cada instituição em seu processo de seleção, mas baseado em critérios desenvolvidos pelo Programa supracitado.

Uma recente pesquisa online pelo Sistema de Informação do Perfil do estudante (Siape-Brasil) realizada pela Andifes e com coparticipação da Fonaprace tinha o intuito de mapear a vida social, cultural e econômica dos estudantes de graduação presenciais nas Universidades Federais brasileiras. Desenvolvida no ano de 2010, a pesquisa teve como objetivo conhecer o novo alunado e buscar alternativas de políticas de equidade, acesso e assistência estudantil, primordial na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, assim robustecer a conclusão de seus cursos, apontando indicadores nacionais, regionais de cada Universidade Federal para embasar metas e perspectivas futuras para o ensino superior no Brasil.

Neste trabalho vou apontar alguns dados desta pesquisa para fomentar a importância da assistência estudantil para perfil dos alunos ingressos nestes últimos anos, inclusive os alunos da UFRB que participaram desta pesquisa.

Tabela 4 Condição econômica dos estudantes das Universidades Federais

	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	C, D e E
Nacional	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47	43,67
Nordeste	2,20	9,96	14,57	21,26	20,11	17,10	14,00	0,81	52,02
Norte	1,18	5,14	7,96	16,66	21,64	22,29	23,78	1,36	69,07
Sudeste	2,22	16,11	21,68	25,56	18,41	11,27	4,67	0,07	34,42
Sul	2,39	14,38	21,39	27,99	20,35	10,14	3,29	0,06	33,84
Centro-Oeste	4,30	17,76	18,27	23,74	18,09	10,74	6,75	0,34	35,92

Fonte: Andifes (2009)

Na tabela 4 observa-se que maiorias dos estudantes pertencem às classes C, D e E. Ressalte-se que este percentual cresce significativamente para as regiões Norte e Nordeste já os estudantes da classe A perfazem 15%, com maior concentração na região Centro-Oeste em contrapartida, a região Norte tem apenas 6,3% de estudantes da classe A, ao analisamos esta tabela compreendemos as disparidades regionais relativo as condições econômicas dos alunos e a necessidade de vincular algum tipo de assistência estudantil para aos alunos pertencentes as classes C,D e E, segundo A Fonaprace (2010) este diagnostico desmistifica sobre os alunos ingressos nas universidades federais que afirmava –se em alguns setores da sociedade que em sua maioria alunos das federais eram ricos.

Tabela 5 Sexo

		(%)								
		A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	Masculino	58,36	51,32	48,97	48,66	44,83	40,35	39,86	40,55	46,49
	Feminino	41,64	48,68	51,03	51,34	55,17	59,65	60,14	59,45	53,51
Nordeste	Masculino	49,69	56,59	51,11	47,37	46,28	41,32	43,92	39,47	47,08
	Feminino	50,31	43,41	48,89	52,63	53,72	58,68	56,08	60,53	52,92
Norte	Masculino	72,85	57,46	49,07	47,11	44,86	37,40	32,33	35,57	41,78
	Feminino	27,15	42,54	50,93	52,89	55,14	62,60	67,67	64,43	58,22
Sudeste	Masculino	57,03	47,39	45,33	47,56	45,23	39,50	42,87	85,49	45,73
	Feminino	42,97	52,61	54,67	52,44	54,77	60,50	57,13	14,51	54,27
Sul	Masculino	62,81	53,15	54,12	50,75	42,96	43,51	41,82	12,99	49,47
	Feminino	37,19	46,85	45,88	49,25	57,04	56,49	58,18	87,01	50,53
Centro-Oeste	Masculino	65,15	48,73	46,54	52,48	42,35	39,83	34,86	48,90	46,88
	Feminino	34,85	51,27	53,46	47,52	57,65	60,17	65,14	51,10	53,12

Fontes: Andifes (2009)

Na tabela 5 as mulheres são predominantes em todas as regiões. Nacionalmente 53,5% dos estudantes das Universidades Federais são mulheres. Verifica-se o avanço da escolarização feminina em estudos recentes como constata Brandão e Marins (2007) na citação a seguir:

(...) desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegavam ao ensino superior (BRANDÃO e MARINS, 2007, p. 198).

Tabela 6 Raça, cor e etnia

Raça /cor /etnia	Pesquisa 2003/4 (%)	Pesquisa 2010 (%)
Branca	59,4	53,93
Preta	5,9	8,72
Indígena	2,0	0,93
Amarela	4,5	3,06
Parda	28,3	32,08

Fonte: ANDIFES, FONAPRACE, 2004, 2010

Na tabela 6 os estudantes de raça/cor/etnia branca são a maioria (54% contra 59% em 2004), em especial na classe A (74%). O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Segundo a Fonaprace (2010) as políticas de inclusão em especial as varias modalidades de ações afirmativas contribuiu para aumento de raça/cor /etnia/preta ingressos nas universidades públicas abrange positivamente o fomento de ações afirmativas para uma representação excelente para sociedade brasileira uma universidade pública e gratuita.

Tabela 7 Transporte

		(%)								
		A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	A pé/de carona/de bicicleta	10,19	15,47	19,47	17,79	17,55	19,20	26,12	33,56	18,63
	Transporte coletivo	12,95	35,56	50,54	58,38	66,56	69,41	62,54	62,73	56,56
	Transporte próprio (carro, moto, etc)	76,86	47,95	28,23	21,01	12,22	6,43	4,47	0,47	21,62
	Transporte locado (prefeitura e/ou escolar)	0,00	0,91	1,56	2,66	3,33	4,55	6,07	1,61	2,90
	Táxi/Moto-táxi	0,00	0,10	0,19	0,17	0,34	0,41	0,80	1,63	0,29
Nordeste	A pé/de carona/de bicicleta	6,55	6,11	9,91	11,09	12,05	15,81	24,11	25,64	13,26
	Transporte coletivo	5,72	30,90	55,90	63,75	72,91	72,16	61,34	70,82	61,06
	Transporte próprio (carro, moto, etc)	87,73	61,85	32,55	22,85	10,18	5,32	3,70	0,88	21,17
	Transporte locado (prefeitura e/ou escolar)	0,00	0,94	1,63	2,06	4,22	6,66	10,00	2,67	4,18
	Táxi/Moto-táxi	0,00	0,19	0,00	0,25	0,65	0,04	0,85	0,00	0,33

Fonte: Andifes (2009)

Conforme na tabela 7, que as classes C, D e E nacionalmente e em destaque a região Nordeste utilizam o transporte coletivo para se deslocar para universidade refleti sobre a necessidade e a importância de auxílios-deslocamento para assegurar a ida e a volta do estudantes nas universidades e desmitificando sobre que a maioria dos alunos deslocam em carro próprio.

Tabela 8 Moradia

		(%)								
		A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	Moro Sozinho(a)	3,59	4,99	6,44	6,19	6,92	7,04	6,32	13,31	6,33
	Com o pai, a mãe ou ambos	80,28	73,47	61,05	54,55	50,75	46,98	38,03	39,76	55,28
	Com o cônjuge	0,00	0,88	3,58	11,16	14,43	15,19	15,87	6,28	9,87
	Em casa de familiares	0,87	2,40	4,76	5,56	6,38	8,40	9,53	8,33	5,85
	Em casa de amigos	1,26	0,43	0,88	1,19	1,09	1,85	3,42	2,59	1,33
	Pensão/Hotel/Pensionato	0,00	0,63	0,96	1,26	1,45	1,31	1,57	4,26	1,19
	República	3,74	8,24	11,77	11,02	9,10	7,57	10,13	10,13	9,67
	Moradia mantida pela família	10,27	8,41	9,69	7,21	6,12	5,97	5,41	5,05	7,30
	Moradia Pertencente e/ou mantida pela Universidade	0,00	0,13	0,40	1,47	2,86	4,72	8,74	5,01	2,52
	Outras moradias coletivas (religiosa, pública, entre outros tipos)	0,00	0,40	0,46	0,39	0,90	0,97	0,98	5,28	0,66

Fonte: Andifes (2009)

Na tabela 08 apresenta 2,5% dos estudantes residem nas residências universitárias em destaque as classes C, D e E verifica se o déficit de moradias estudantis, a defasagem com a demanda potencial e a demanda atendida, fomentando ampliação dessas moradias estudantis.

Tabela 9 Estudantes que utilizam creche

	(%)
Nacional	43,38
Nordeste	31,40
Norte	46,68
Sudeste	30,64
Sul	79,31
Centro-Oeste	67,42

Fonte: Andifes (2009)

Na tabela 9 o elevado percentual de estudantes com filhos, que utilizam os serviços de creche (43,4%) oferecidos pelas Universidades Federais, demonstra a importância da universalização deste serviço.

Tabela 10 Oriundos de escola pública

	(%)			
	Somente Escola Pública	Maior parte Escola Pública	Maior parte Escola Particular	Somente Escola Particular
Nacional	44,81	5,58	7,24	42,36
Nordeste	41,35	6,07	7,22	45,35
Norte	71,47	6,80	5,55	16,18
Sudeste	37,02	4,42	8,05	50,51
Sul	50,57	5,62	6,09	37,72
Centro-Oeste	40,69	6,22	8,55	44,54

Fonte: Andifes (2009)

Na tabela 10, 45% dos estudantes são oriundos da escola pública metade dos estudantes ou é oriunda exclusivamente da escola pública (44,8%). Desmitificando assim sobre declararem que maioria dos alunos das Universidades Federais são oriundos escolas particulares.

Tabela 11 Alimentação

	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	1,78	2,76	4,98	10,41	19,07	29,30	34,28	37,26	15,03
Nordeste	2,04	1,65	4,66	7,78	11,13	20,26	28,10	32,79	12,44
Norte	0,00	5,27	3,31	6,89	15,16	19,84	24,66	27,21	15,62
Sudeste	0,17	2,90	4,44	10,13	24,22	39,22	48,62	83,09	15,23
Sul	4,93	5,06	7,99	14,74	26,21	44,07	56,21	85,09	18,39
Centro-Oeste	1,41	0,41	2,60	12,39	21,46	38,80	60,41	66,68	15,91

Fonte: Andifes (2009)

Nesta Tabela 11, os programas de alimentação, bolsa de permanência e transporte são os mais difundidos, em torno de 15% dos estudantes utilizam os programas de alimentação. Essa participação aumenta linearmente da classe A para a classe E em todas as regiões, endossando a importância dos restaurantes universitários nas Universidades Federais. Os estudantes das classes C, D e E são os mais beneficiados por estes programas.

Os dados apresentados são importantes para análise e fomentação no objetivo de articular ações para Assistência Estudantil no sentido de aumentar qualidade de ensino nas universidades federais, bem como assegurando a permanência do aluno diminuindo sua evasão.

Capítulo 3. A criação da UFRB

O processo histórico de desenvolvimento do ensino superior em Cruz das Almas-Bahia, no Recôncavo, teve início em 1943 com implantação da Escola Agrônômica da Bahia vinda de Salvador e transferida para o município. Em 1967 é atrelada a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com nome de Escola de Agronomia da UFBA. No ano de 2002 o reitor da UFBA Naomar Monteiro de Almeida, propõe a criação de uma Universidade Federal no Recôncavo da Bahia na bancada de deputados e senadores baianos. Esta proposta levava em conta o resgate histórico do Recôncavo sendo considerando berço da nação brasileira, promovendo desenvolvimento econômico, social e cultural e reparação do ensino superior na Bahia com a dinamização da trilogia ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2003 o Conselho Universitário da UFBA em reunião extraordinária cogitou a possibilidade do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA para criação de uma Universidade no Estado da Bahia e fortaleceu esta iniciativa em 2005 quando a Escola de Agronomia da UFBA ampliou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com criação de três novos cursos de graduação Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Zootecnia.

Foram feitas audiências nos municípios do Recôncavo Baiano sobre o projeto de criação da universidade, mobilizando as comunidades e políticos. Assim a proposta foi encaminhada para Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2003, e aprovado o projeto em 06 de julho de 2005 pela Câmara de Deputados Federais e em 12 de julho do mesmo ano aprovada pelo Senado Federal.

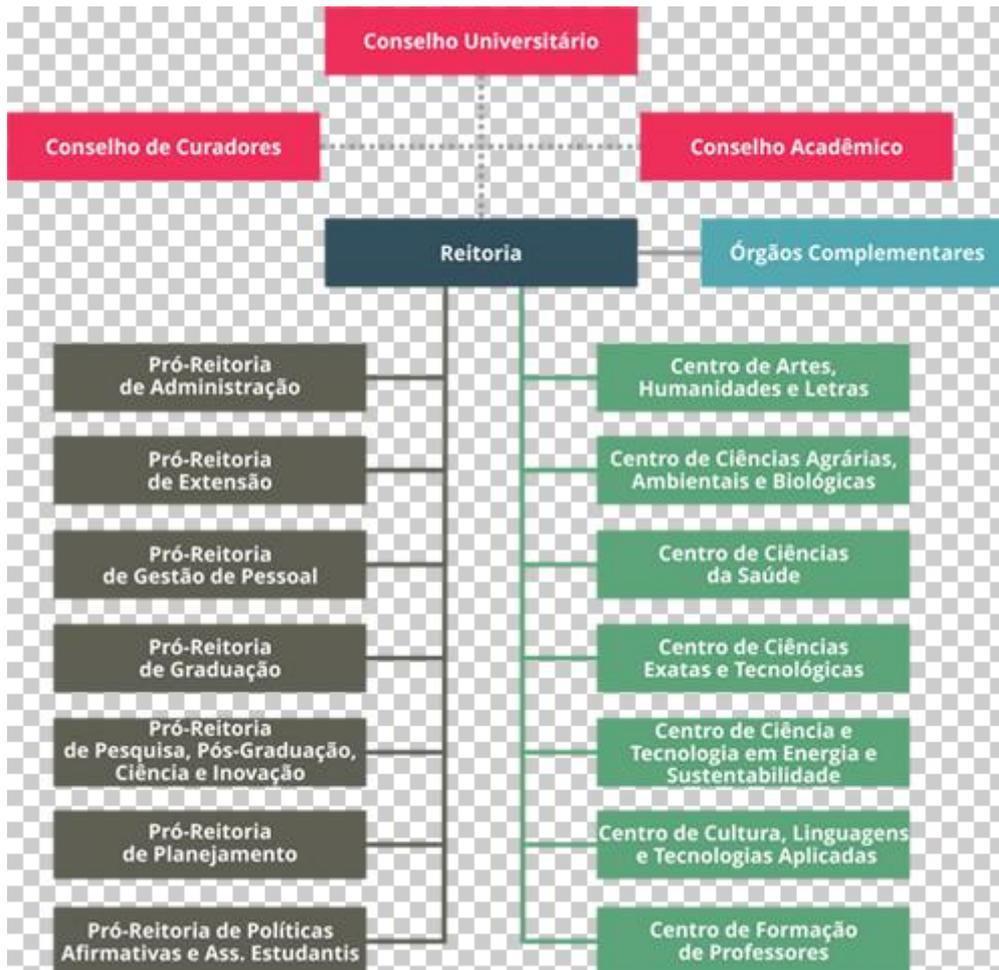
No ano de 2005 é criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pela Lei 11.115 de 29 de Julho de 2005, como desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, a primeira Universidade Federal do interior da Bahia localizada no município de Cruz das Almas com aproximadamente 63.299 habitantes.

A UFRB surge no Recôncavo Baiano com objetivo de ministrar o ensino superior, e desenvolver pesquisas em todas as áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, exercer sua responsabilidade social de democratizar a educação de forma a contribuir para o desenvolvimento cultural, sustentável, artístico, tecnológico e socioeconômico do País (UFRB, 2010).

A UFRB conta com sete centros de ensino e têm como sede o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas-CCAAB e o Centro de Ciências Exatas e Biológicas – CETEC. Além dos campi nas cidades de Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde-CCS), Cachoeira (Centro de Artes, Humanidades e Letras CAHL), Santo Amaro (Centro de Cultura e Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT), Amargosa (Centro de Formação de Professores - CFP) e Feira de Santana (Centro de Ciências e Tecnologia Energia e Sustentabilidade-CETENS. Localizados no Recôncavo Baiano, os centros supracitados, possuem autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e patrimonial. Segundo os dados fornecidos pela instituição esta conta com 40 cursos de graduação e 22 cursos de pós-graduação.

A estrutura organizacional da instituição conta com Conselhos Superiores que são: o Conselho Acadêmico (CONAC), o Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Curadores (CONCUR), Reitoria, Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Ciência e Inovação (PPGCI), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), a qual vai ser contemplada no trabalho elencando seu papel na UFRB.

Figura 1:ORGANOGRAMA DA UFRB



Fonte: Portal da UFRB

A UFRB é estruturada em modelo multicampi³, ou seja, diferencia-se da universidade da Bahia e de outras universidades brasileiras, tal modelo é importante para exploração de cada espaço socioambiental do Recôncavo. Os princípios norteadores elencados no projeto da Implantação da UFRB foram;

A cooperação com desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do estado e do País;
 Compromisso com o desenvolvimento regional;
 Cria marcos de reconhecimento social pelos serviços especiais prestados no atendimento da população;
 Gestão participativa; a participação das comunidades interna e externa é fundamental nesse processo (...) equidade nas relações entre campi;
 adoção de políticas afirmativas de inclusão social (UFRB, 2003).

A implantação da Universidade Federal Recôncavo da Bahia (UFRB) está inserida no Projeto do Governo Federal Programa de Apoio a Planos de

³ Reunião de diversos campi instalados nas diferentes regiões do Estado.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, tem como objetivo ampliar o acesso de alunos ao ensino superior e cursos noturnos para assim promover a expansão física, acadêmica e pedagógica, e a permanência dos discentes na universidade (BRASIL, 2010).

Com a adesão ao Programa vieram novas possibilidades de crescimento para a consolidação da UFRB, o REUNI garantiu recursos para a ampliação de salas, reformas e construções de prédios, cresceu o número de cursos, permitiu a contratação de professores e técnicos administrativos, ampliou as políticas de acesso e permanência. Com princípios que norteiam a UFRB desde da sua implantação de uma universidade inclusiva, solidária comprometida com o desenvolvimento da sociedade a qual esta inserida.

Entretanto segundo Santana apud Bastos (2012) o REUNI apesar de aparentemente trazer elementos das lutas históricas da classe universitária, pode transformar a instituição através de uma expansão sem critérios, sem investimentos necessários, em uma instituição de qualidade restrita e como consequência uma atuação limitada no desenvolvimento do Recôncavo baiano.

3.1 Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)

A UFRB foi pioneira na implantação de uma pró-reitoria específica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis a PROPAAE, criada em 03 de outubro de 2006 unindo-se a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), já existente na UFRB, com intuito de articular ações que viabilizem políticas e programas para democratização do acesso e permanência do aluno. Analisando que a sociedade brasileira, tem uma significativa desigualdade social, com intuito de diminuir esta discrepância na região, a UFRB assume responsabilidade de garantir o ingresso, a permanência e a pós-permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, pardos, negros e índios ou descendentes, ou remanescentes de quilombos (UFRB, 2010).

De acordo com a UFRB (2010, pag.31) “esse resgate deve adotar o compromisso da inclusão e da reparação, respondendo as distorções históricas engendradas e acumuladas na nossa sociedade”.

As ações afirmativas pautam-se no reconhecimento da pluralidade da nossa sociedade, ao entender que todos os grupos sociais têm direito ao acesso a todas as políticas públicas que visem a promoção da equidade UFRB (2010, pag.28).

A Propaae conta com duas Coordenadorias a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAEST) e a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA) dividida em núcleos, tem como finalidade de executar diversas ações nas áreas de assistência estudantil e no processo de inclusão social/racial. A equipe é composta por pró-reitor, coordenador, gestores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos administrativos e técnicos em assuntos educacionais.

A CAEST conta com os seguintes núcleos: Núcleo de acompanhamento Integrado ao Estudante (NAIE/NUEST), Núcleo de Gestão de Atendimento e Documentação (NGADOC) Núcleo de Gestão de Infraestrutura Física e Apoio aos Estudantes (NUGIN,NUGIF), Núcleo de Acompanhamento de Permanência e Pós-Permanência, Núcleo de Apoio Restaurante Universitário (NUARU), Núcleo de Apoio a Residências Universitárias (NUARU) e o Programa de Permanência Qualificada (PPQ).

O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) da PROPAAE é umas das importantes ações que tem como objetivo garantir a permanência e pós-permanência dos alunos da UFRB em conformidade com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado pelo Governo Federal que tem entre seus objetivos garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos dos estudantes das IFES em uma perspectiva de inclusão social e da formação ampliada.

O processo de seleção do PPQ consiste na realização da análise socioeconômica dos estudantes por meio do Serviço Social e equipe da Propaae (NAIE/NUEST). O processo seletivo, acontece sempre no início de cada semestre, começando pela etapa de inscrição online, posteriormente a documentação exigida é entregue a equipe do NAIE/NUEST para validação da inscrição. Os assistentes sociais fazem a análise dos documentos avaliando os critérios socioeconômicos dos candidatos, os que se encaixarem dentro do perfil do PNAES são convocados para entrevista social, e após avaliação das assistentes sociais, é estabelecida a classificação final e posteriormente a divulgação dos resultados.

Os alunos assistidos pelo Programa de Permanência Qualificada (PPQ) tem o acompanhamento realizado pelos profissionais da PROPAAE, como acompanhamento pedagógico. O objetivo é estimular a melhoria continuada do

desempenho acadêmico do estudante. E o acompanhamento psicossocial tem a finalidade de aliviar o sofrimento psíquico do estudante estimulando uma melhor qualidade de vida.

Os auxílios disponibilizados são:

- Alimentação - refere-se ao acesso regular ao restaurante universitário (RU) no caso o campus de Cruz das Almas, em outros centros que não tem RU fornece auxílio pecuniário com repasse de R\$370,00 (trezentos e setenta reais), e o valor de R\$310 para aluguel para os estudantes do campus de Cruz das Almas.
- Deslocamento - garante ida e a volta do estudante para o centro de ensino com repasse de R\$250,00 esta modalidade tem como requisito do aluno morar no máximo 50 km de distância do campus onde estuda.
- Moradia - refere-se a vagas disponibilizadas na residência universitárias com direito a alimentação.
- Projetos Institucionais - o aluno deve ser inserido em um projeto de ensino, pesquisa e extensão e o repasse é de R\$430,00.
- Auxílio creche para estudantes com filhos de 0 a 3 anos, o repasse é de R\$190,00.
- Auxílio emergencial para permanência de aluno do primeiro semestre e outras demandas específicas.

Portanto o Programa de Permanência Qualificada (PPQ) tem como objetivos para garantir a permanência do aluno ingresso;

Assegurar a permanência do aluno, através de seu aprofundamento teórico por meio de projetos de extensão; e atividade de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existente na UFRB relacionadas à sua área de formação; possibilitar maior interação de ensino, extensão e pesquisa; estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes nas atividades científicas; contribuir para diminuir o tempo médio da permanência do aluno na UFRB; combater o racismo e as desigualdades sociais, acompanhamento psicossocial, pedagógico dentre outros.⁴

Nesta tabela 12 abaixo apresenta o número de alunos assistidos pela PROPAAE nas respectivas modalidades de assistência estudantil desde sua criação

⁴ Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/propaae/programa-de-permanencia-qualificada>

em 2006. Um dado importante é o crescimento do número de alunos assistidos, predominantemente do sexo feminino, e outro dado relevante é que a partir da implantação do Programa de Nacional de Assistência Estudantil em 2007, observamos um crescimento exponencial no número de alunos assistidos, especialmente no ano de 2010 ano execução do programa.

Tabela 12 Evolução da Concessão de Bolsas Permanência no ano 2006 até 2015

ANO	AUX. ALIMENTAÇÃO	AUX. MORADIA	PROJETOS	AUX. PEG. A M	AUX. DESLOCAMENTO	AUX. CRECHE	PBP-MEC	TOTAL
2006	21	21	0	12	0	0	0	54
2007	58	42	34	21	0	0	0	155
2008	73	69	55	38	0	0	0	235
2009	92	133	82	43	0	0	0	350
2010	127	167	230	132	88	6	0	750
2011	123	218	244	144	121	15	0	865
2012	153	270	488	120	209	23	0	1263
2013	152	237	1080	109	302	42	164	2086
2014	125	216	1014	84	301	23	369	2132
2015	123	210	938	70	417	18	629	2405

Fonte: Dados fornecidos pela PROPAAE (adaptado pelo autor), 2016

Conforme a Tabela 12 observa-se nos primeiros anos que os auxílios creche e deslocamento não eram disponibilizados só a partir da implantação do Programa de Nacional de Assistência Estudantil em 2007, especialmente no ano de 2010 ano de execução do programa que materializa estes auxílios, considerando a importância deste programa para ampliação de bolsas-auxílios, crescimento exponencial de alunos incluídos na educação superior, outro dado importante Programa Bolsa Permanência do governo federal que passa a beneficiar os alunos oriundos de indígenas e quilombolas e como também com baixa renda a partir do ano de 2013 fortalecendo a inclusão e fortalecimentos de ações afirmativas étnico-racial a permanência do aluno na universidade. No entanto as políticas de acesso aos alunos nas universidades esta sendo garantindo por outro lado estes auxílios ainda são escassos para demanda que vem apresentando ao longo destes últimos anos, percebe nesta tabela crescimento de alunos assistidos, desafios postos para assistentes sociais que são principais executores deste programas de permanência qualificada.

A Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA) resulta de demandas pertinentes as políticas afirmativas. Assim se propõe a acompanhar e avaliar ações inseridas nas políticas de ações afirmativas e apoiar a assistência estudantil sobre responsabilidade da CAEST.

De acordo com a UFRB (2010, pg.28) “o reconhecimento da pluralidade da nossa sociedade, ao entender que todos os grupos sociais têm direito ao acesso de todas as políticas públicas que visem a promoção da equidade”.

Em destaque umas das ações promovidas pelas CPA são os fóruns e seminários para fomentar as discussões sobre ações afirmativas para combater o racismo e o sexismo, estas atividades potencializam a valorização das diferenças de cultura, etnia, gênero e religião na comunidade acadêmica da UFRB.

Os núcleos correspondem a Coordenadoria de Políticas Afirmativas são; Núcleo de Esporte e Lazer (NUCELA), Núcleo de Políticas de Ingresso Permanência e Pós-Permanência Ações Afirmativas (NUPIPE) Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação (NGEDS), Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações afirmativas e Assuntos Estudantis (NUFOPE).

A PROPAAE executa Programa Bolsa Permanência⁵ (PBP) uma ação do governo federal que disponibiliza para instituições federais de ensino superior a concessão de bolsas para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica com curso de graduação com carga horária de mais 5 horas e também índios e quilombolas independente de carga horária. Um dos critérios para seleção é possuir renda de até um salário mínimo e meio, a finalidade é diminuir as desigualdades sociais e a permanência do estudante no curso de graduação. As instituições federais para aderir o Programa precisam assinar o Termo de Adesão ao Programa de Bolsa Permanência responsabilizando a veracidade das informações repassadas para Ministério da Educação.

⁵ Bolsa Permanência em linhas gerais - A Bolsa Permanência PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro as estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes, indígenas , quilombolas, estudantes com carga horaria de 5 horas.

Capítulo 4. Limites e desafios da atuação do Assistente Social na Assistência Estudantil da UFRB; análise de dados.

Para melhor compreensão da atuação dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da PROPAAE, consideramos importante explanar nos capítulos anteriores o processo histórico do Ensino Superior e Assistência Estudantil no Brasil, pelo qual os assistentes sociais estão inseridos neste processo histórico o que reflete diretamente em sua atuação, uma vez que seu espaço ocupacional está delimitado na área de Educação Superior e assistência estudantil sendo principal executor das políticas e programas disponibilizadas na instituição.

Analisaremos a breve trajetória do Serviço Social no Brasil, posteriormente explanaremos sobre a atuação dos assistentes sociais, seus limites e possibilidades com base nos dados colhidos através da entrevista semiestruturadas com assistentes sociais da PROPAAE.

4.1 Serviço Social no Brasil na Educação

O Serviço Social surgiu no Brasil em 1930 com o processo de industrialização e desenvolvimento econômico, social, político e cultural (BULLA *apud* PEREIRA 1999). A concentração da população na zona urbana causou escassez nas áreas de assistência, saúde, educação, habitação, saneamento básico e outros. Quanto mais avançava a industrialização mais crescia também as desigualdades sociais aumentando tensões entre trabalhadores e patrões uma vez que os últimos detiam o capital, ou seja, havia uma discrepância de salários. Os trabalhadores naquela época não tinha uma legislação trabalhista e trabalhavam em condições precárias agravando mais a questão social.

Com apoio da Igreja católica, o governo Vargas e as influências da Encíclica⁶ *Rerum Novarum*, a qual fala sobre a necessidade do estado viabilizar o capital e o trabalho e na obrigação de realizar políticas sociais⁷, foi desenvolvida uma grande expansão de instituições católicas que realizavam trabalhos sociais nas instituições assistenciais.

⁶ Carta encíclica quadragésimo ano de sua santidade Papa Pio XI, fala sobre reestruturação e aperfeiçoamento. da ordem social, em conformidade com Lei evangélica XI aniversário da Encíclica de Leão XIII

Esta nova atividade assistencial consolidou a profissão de Serviço Social e elaborou diretrizes para nortear o trabalho e cursos de Serviço Social. A primeira Escola de Serviço Social foi fundada em 1936, e outras escolas foram fundadas ao longo do tempo.

Inicialmente os assistentes sociais trabalhavam nas instituições da Igreja, onde influenciaram a formação inicial da profissão, vale ressaltar que o Estado era o maior empregador dos assistentes sociais, entretanto os profissionais ocupavam outras áreas como saúde, jurídica, nas empresas, na assistência e na educação.

A profissão de assistente social foi oficializado no Brasil pela Lei nº1889 de 1953, regulamentada pela Lei 8662 de 7 de junho de 1993. Seus órgãos representantes são os Conselhos Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

O Serviço Social caracteriza sua natureza interventiva e crítica, ao longo de sua história sempre tratou como objeto de seu trabalho as questões sociais. O papel do assistente social é planejar, gerenciar, executar e assessorar políticas e programas, fazer atendimentos aos usuários e visitas domiciliares dentre outros.

Como tema de estudo importante destacar o papel do assistente social na área da Educação surgiu desde processos sócio-históricos da profissão na década de 30, ganhou visibilidade em 1990 com amadurecimento projeto ético-político da profissão houve o aumento do Serviço Social na área da Educação, as contribuições do assistente social na educação são inúmeras como fortalecimento das lutas sociais e de uma educação emancipadora, fomentando a educação como direito social uma vez que a educação é uma política social pública. Isto impõe assistente social competência teórica e política perspectiva de totalidade desvelando as contradições da Políticas de Educação e na defesa efetiva da universalização do acesso da educação como analisado neste trecho do documento do “Subsídios para os Assistentes Sociais na Política de Educação;

Coloca-se como um grande desafio profissional aos/às assistentes sociais que atuam na Política de Educação compreenderas estratégias forjadas no sentido de se assegurar às condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir. Igualmente importante é o desafio de reconhecimento dos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta no campo educacional e para, conseqüentemente, tecer articulações profissionais com os mesmos.
(CFESS.GT EDUCAÇÃO,2011)

4.2 Considerações das entrevistas realizadas com assistentes sociais da PROPAAE: seus limites e possibilidades na assistência estudantil

Meu objetivo ao entrevistar os assistentes sociais foi enriquecer o conhecimento sobre a sua atuação na política de assistência estudantil da PROPAAE, analisando quais seus limites e possibilidades dentro da instituição. Uma vez que estagiei nesse espaço, tendo oportunidade de conhecer seus trabalhos e as tensões vividas na profissão.

Para Triviños (1987) “Este traço da entrevista semi-estruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não somente descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e sua compreensão de sua totalidade”.

As entrevistas foram realizadas com duas assistentes sociais das cinco que atuam na PROPAAE de Cruz das Almas, identificarei as duas assistentes sociais como A.S 1 e A.S 2. A seguir a exposição das perguntas e respostas das entrevistadas:

Quais são desafios postos ao cotidiano de seu trabalho profissional na PROPAAE?

“A limitação de recursos disponibilizados para assistência estudantil no Brasil, reflete diretamente na limitação da oferta de auxílios aos estudantes das universidades públicas brasileiras [...] ocasionando sua evasão... insuficiência de recursos humanos para atendimento da elevada demanda um espaço físico [...] específico para Serviço Social, desconhecimento sobre o papel da assistente social por parte da comunidade acadêmica” (A.S1).

“São vários desafios [...] o primeiro diz respeito as políticas públicas que vem de cima para baixo, não levando em consideração a realidade regional, e o perfil do estudante ingresso na UFRB... falta de recursos disponibilizados para atender as demandas [...]”(A.S2).

Percebemos com as falas das assistentes sociais que a assistência estudantil no Brasil ainda não atingiu a meta de consolidar a permanência dos alunos nas IES. Como o referido Programa de Assistência Estudantil (PNAES) discorre, sobre o apoio aos estudantes de baixa renda, existem discrepâncias regionais sociais, econômicas e culturais que precisam ser consideradas.

A UFRB se encontra em uma região com desigualdades sociais exorbitantes, as tensões vividas refletem na atuação dos assistentes sociais por serem eles os principais executores das políticas públicas. No entanto, não devemos negar que a implantação do PNAES contribui para diminuir as desigualdades entre os estudantes

de graduação, mas é preciso fomentar a ampliação deste programa que foi resultado da luta de movimentos sociais e atores sociais.

Para Behring-Boschetti (2011, p. 156):

Assim a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do estado, transformando as políticas sociais depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social no país.

Ou seja, tornando as políticas sociais limitadas, focalizadas para Behring-Bochetti (2011) “a proteção social no Brasil instituída na Constituição de 1988 é um dos avanços mais importante na política social brasileira, entretanto não se concretizou permanecendo inconclusa”.

Segundo Yamamoto (2009, p.16) “verifica-se, pois uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho”

Quais contribuições dos assistentes sociais na assistência estudantil da Propae?

“...a atuação do assistente social na universidade visa auxiliar o estudante na garantia dos seus direitos como: a permanência no ensino superior, o respeito as diferenças como: identidade de raça, questões de gênero, orientação sexual, entre outros,... Assistentes sociais contribuem para assegurar o direito dos estudantes a Educação, na medida em que atua com concessões de auxílio e prestação de serviços socioassistenciais na instituição através da execução da Política de Assistência Estudantil da universidade, Orientações sociais aos discentes, colhimento aos novos bolsistas do PPQ; Atendimento individual aos discentes, acompanhamento interdisciplinar aos discentes[.]” (A.S1).

“Realização de visitas domiciliares, Realizar ações interdisciplinares de caráter permanente, com foco na prevenção de fatores de riscos e redução de danos, elaboração de relatório, avaliação do Programa de Permanência Qualificada, Realizar reuniões quinzenais ou mensais com a equipe para avaliação das atividades, Elaboração Levantamento de Rede, avaliação dos estudantes com perfil de cotistas para matrícula, Análise socioeconômica do PBP- MEC[.]”(A.S2).

As assistentes sociais contribuem para efetivação dos programas de assistência estudantil e a permanência do aluno na UFRB. Neste sentido, “a atuação dos assistentes sociais adquire assim uma dimensão estratégica, no processo de luta pela qualidade da Educação visto que na condição de sujeito coletivo já vem atuando nos processos de luta pelo reconhecimento dessa política como integrante da seguridade social, ampliando o alcance do campo da proteção social no país. (CFESS.GTEDUCAÇÃO,2011)

Qual sua avaliação sobre os programas de assistência estudantil e políticas afirmativas executados na PROPAAE orientados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil em relação aos perfis de alunos da UFRB?

“O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES constitui um avanço a inclusão social do estudante de baixa renda no ensino superior”. Entretanto, esta política ainda necessita ser aprimorada, sobretudo, em relação à questão da renda familiar. Visto que há um perfil diferenciado de renda de acordo com as regiões do Brasil, deixando o estudante da região Nordeste em desvantagem se comparado com outras regiões.

“Quanto as Políticas Afirmativas, estas tem objetivado o fortalecimento do respeito à identidade de gênero, orientação sexual, pertencimento étnico, contribuindo para combater toda forma de discriminação na UFRB”. (A.S1)

“O PNAES é uma conquista, um plano que tem como objetivo garantir não só a inclusão de estudantes de baixo poder aquisitivo, mas também a permanência desse seguimento, entretanto ele norteia as políticas e programas de assistência estudantil de maneira mais geral, traçando perfis que não contempla todas as realidades brasileiras. Inclusive a nossa realidade. Já começa pelo critério de renda per capita de um salário mínimo e meio que para o Nordeste, particularmente o Recôncavo é diferente, pois é mais comum famílias ter como renda bruta 1 salário mínimo e meio do que per capita, nesse valor. O que ocorre é que a maioria dos estudantes está dentro do perfil, pelo menos o correspondente a renda e escolaridade, porém não há recurso o suficiente para atendimento da demanda.”(A.S2)

Como é possível notar há um reconhecimento das assistentes sociais do papel do PNAES para comunidade acadêmica, entretanto o programa ainda não contemplou a permanência dos alunos respeitando suas particularidades regionais, a exemplo a escassez de recursos na UFRB.

Com a equipe multidisciplinar existente na PROPAAE, quais as estratégias das assistentes sociais para exercer sua função profissional?

“O atendimento multidisciplinar permite que, nós assistentes sociais, possamos compreender a demanda do estudante na sua totalidade, evitando a fragmentação do atendimento. Neste tipo de atendimento respeita-se a especificidade de cada categoria profissional e a soma dos conhecimentos de cada profissão é que permitirá um atendimento integrado ao estudante.” (A.S1)

“Não há uma estratégia, na verdade há uma intenção de um trabalho interdisciplinar onde cada profissão possa contribuir no atendimento da demanda estudantil, a final de contas o ser humano não é unilateral, mesmo com toda a intencionalidade de torná-lo unilateral, ele tem uma gama de complexidade para ser atendidas. Ex: quando o discente está com desempenho acadêmico baixo e objetivamente parece que a demanda é específica do atendimento pedagógico, pode não ser, pois o baixo desempenho pode esta atrelada a questões sociais e psicológicas. Portanto o trabalho da equipe multidisciplinar não pode ser isolado nem fragmentado” (A.S2).

Aqui podemos perceber nas falas a relevância do trabalho em equipe, e o papel do Serviço Social na expressão da questão social.

Quais as possibilidades dos assistentes sociais diante da demanda postas na Propaae?

“Temos a possibilidade de colaborar para a permanência do estudante na universidade. Além de, mediante ação socioeducativa, possibilitar que este tenha uma formação cidadã ampliando sua capacidade de reflexão sobre a sua condição, buscando contribuir para que o estudante realize sua trajetória de vida de forma crítica, propositiva e emancipatória, também temos, a partir das demandas e do perfil dos estudantes, a oportunidade de contribuir para o aprimoramento da Política de Assistência Estudantil da PROPAAE” (A.S 1).

“As possibilidades são limitadas, pelos motivos citados acima, porém o trabalho das assistentes sociais vai além da concessão dos auxílios como pensa a comunidade acadêmica, temos um compromisso ético profissional com os assistidos pela política que vai além da Universidade. Temos a possibilidade de fomentar nos discentes, senso crítico quanto a política de assistência estudantil e incentivá-los a serem agentes transformadores do atual contexto. Podemos também contribuir com a elaboração das políticas públicas interna da universidade, levando em consideração o conhecimento apreendido no atendimento das demandas específicas da PROPAAE” (A,S2).

Como se pode observar as assistentes sociais estão em consonância com o projeto ético político de viabilizar a garantia de direitos, mas em muitas circunstâncias têm sua ação limitada em relação ao direcionamento institucional da política.

Segundo lamamoto (2009, p.14) “Simultaneamente, o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia, com ela possibilidade de redirecionar seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus próprios empregadores, próprio caráter contraditório das relações sociais.”

Visto que viabilizar os direitos a permanência dos alunos em seu curso através dos programas de assistência estudantil como explanado nas entrevistas com assistentes sociais da PROPAAE são desafios para categoria, a falta de recursos suficientes para contemplar alunos com vulnerabilidade econômica é um dos desafios e como também as particularidades regionais reforçam as contradições que emergem programa de assistência estudantil.

Considerações Finais

Este trabalho analisou historicamente como surgiu o ensino superior caracterizado inicialmente como elitista. Posteriormente as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais nas décadas de 1960 corroboraram para a expansão do ensino superior e a reforma universitária de 1968, a qual visava democratização do ensino superior, e foi um marco importante para essa expansão. Os recentes programas de expansão de ensino superior e a assistência estudantil explanados nos capítulos anteriores.

Meu objetivo também foi levantar dados relatando sobre a importância da ampliação do programa de assistência estudantil e trazendo mesmo que breve a experiência das assistentes sociais da PROPAAE de Cruz das Almas problematizando seus limites e possibilidades, uma vez que a demanda por assistência estudantil cresceu expressivamente nos últimos tempos como verificamos na amostra de dados nacionais dos perfis de alunos das classes C, D e ingressos nas universidades públicas inclusive e os alunos assistidos pelo Programa de Permanência Qualificada da PROPAAE e também relatar os conhecimentos que adquirir no meu estagio na PROPAAE, o qual foi enriquecedor para minha formação, para meu trabalho de conclusão de curso tornando-me ser o mas critico e propositivo. .

Enfim complemento explanado por umas das assistentes sociais sobre atuação do assistente social na politica de assistência estudantil da UFRB “Temos a possibilidade de fomentar nos discentes, senso crítico quanto à política de assistência estudantil e incentivá-los a serem agentes transformadores do atual contexto”.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, André; MARINS, Mani Tebet Azevedo de. Desigualdades entre mulheres e homens no acesso à Universidade pública. In. BARBOSA, Jorge Luiz; BRANDÃO, André; PINTO, Gisele (organizadores). Jovens de camadas populares e universidade. Rio de Janeiro: UFF, 2007, p. 197-224.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. **Política Social no Brasil: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de Serviço Social.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccv03/constituicao/constituicao.htm>>

CFESS/Comissão de Fiscalização. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. 1ed. Gestão (2011-2014).

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O Ensino Superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior: Nupes, 36pp, 203.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FRAGA, Walter. **A UFRB e o Recôncavo da Bahia**. UFRB 5 anos, Caminhos, Histórias e Memórias. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 1ºed. Cruz das Almas. 2010.

.FORÚM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITARIOS. **Proposta do Fonaprace para Plano Nacional de Assistência Estudantil para Estudantes de Graduação de Instituições Pública de Ensino**

Superior,2001 disponível em <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonapr ace/documentos/pna.htm>> acesso dezembro, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In.:Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Sociais.2009.Brasilia.pag.16-50

LEITE, Janete Luiza. **Política de Assistência Estudantil**: direito da carência ou carência de direitos? .Ser Social.Brasilia.V.14,n.31,p.453-472,jul./dez.2012.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968**: e a abertura para o ensino superior privado no Brasil.Educ.Soc.Campinas. Vol.30, nº106. p.15-35 jan,abri/2009.disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil (1930/1973)**. 6. Ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

SANTANA, Elissandro Trindade. **A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Produção do Espaço Urbano-Regional**. Salvador. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.2012

SOUZA, José Geraldo. **Evolução Histórica da Universidade**; Abordagens Preliminares Revista da Faculdade de Educação Puccamp, Campinas v.1 n.1, pág. 42-58.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, **Relatórios de Gestão anual**. Disponível em: www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb /relatórios-de_gestão acesso: janeiro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Programa de Permanência Qualificada-PPQ**.Propaae Edital 018/2015.

VASCONCELOS, N.B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**; Uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da História da Educação Superior no Brasil; Ensino em Re-vista (Ufu.Impresso)Uberlândia,v.17,p.599-616,2010.

APÊNDICE

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Graduanda Manuela de Souza Conceição

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC Serviço Social

Entrevista sobre atuação dos assistentes sociais na PROPAAE - UFRB

1. Quais são desafios postos ao cotidiano de seu trabalho profissional na PROPAAE?
2. Quais contribuições dos assistentes sociais na assistência estudantil da Propaae?
3. Qual sua avaliação sobre os programas de assistência estudantil e políticas afirmativas executados na Propaae orientados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil em relação aos perfis de alunos da UFRB?
4. Com a equipe multidisciplinar existente na Propaae, quais as estratégias das assistentes sociais exercer sua função profissional?
5. Quais as possibilidades dos assistentes sociais diante da demanda postas na Propaae?

